



**Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Aluna: Valéria Ventura Barreiros**

**UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE UM
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O
BRASIL E A OEI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Brasília DF
2014**



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Pedagogia Noturno

Valéria Ventura Barreiros

**UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O BRASIL E A OEI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação – FE, da Universidade de
Brasília – UnB, como requisito para a
graduação do Curso de Pedagogia.

Prof.^a Dra.^a Liliane C. Machado
Orientadora

Brasília, DF
2014

Barreiros, Valéria Ventura

Um Olhar Sobre as Contribuições de um Projeto de
Cooperação Técnica entre o Brasil e a OEI na Educação
Superior/ Valéria V. Barreiros – Brasília 2014.

xvi, 46 f.: il.

Monografia de Graduação – Universidade de Brasília –
Faculdade de Educação, 2014.

Professor Orientador: Prof.^a Dra.^a Liliane C. Machado

1. Políticas Públicas 2 Cooperação Internacional 3
Educação Superior 4 Projeto.



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Pedagogia Noturno

UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O BRASIL E A OEI NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Valéria Ventura Barreiros

Monografia apresentada à Faculdade de Educação – FE, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a graduação do Curso de Pedagogia.

Aprovado por:

Prof.^a Dra.^a Liliane C. Machado
Orientadora

Prof.^a Dra.^a Maria do Carmo Diniz
Membro Convidado

Prof. Cláudia Paes de Carvalho Baena Soares
Membro Convidado

Brasília, DF
2014.

Dedico este trabalho a minha irmã
Danielle Ventura pelo incentivo e por
acreditar nesta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Orientadora Prof.^a Dra. Liliane C. Machado, obrigada por aceitar a me orientar e acreditar no meu projeto de pesquisa, A maneira que a senhora conduz as explicações, a forma clara de expressar, facilitou muito para que a pesquisa fosse objetiva, a senhora é um exemplo do professor que não vê o aluno como uma tabula rasa, muito obrigada.

A Prof.^a Sônia Marise Salle de Carvalho, que acolhe os alunos do curso noturno de Pedagogia, não sei o que seria de nós sem a sua solidariedade.

Aos professores da Faculdade de Educação, em especial a Prof^aDr^a Maria do Carmo N. Diniz, pelo seu exemplo a dedicação da docência, a forma que a senhora trabalha para proporcionar aos seus alunos uma educação de qualidade.

Professora Sandra Vivácqua, as suas aulas foram as mais prazerosas, a minha produção leitora aumentou consideravelmente, você é uma inspiração.

A Prof^aDr^a Silvia Ester Orru, com as aulas que a senhora ministrava, foi possível entender o motivo da angustia que sofri durante tantos anos, por meio da sua competência consegui identificar certas ações que me encorajou a procurar um especialista e fui diagnosticada com TDAH, passei a compreender o meu processo de desenvolvimento escolar e na vida como um todo, hoje sei que ter mais de uma idéia, que se interessar por várias coisas ao mesmo tempo não é errado, tem que saber filtrar o que é prioridade e trabalhar muito para não perder o foco. Mediante esse autoconhecimento tenho certeza que farei um diferencial como educadora, muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Roberto Algarte, por fazer despertar o interesse pelo tema da minha pesquisa, nossas conversas iluminaram as minhas idéias pela educação e a imensidão do campo de trabalho.

A Dra. Ivana de Siqueira e a Dra. Amira Lizarazo, pela flexibilidade e compreensão dos meus horários no trabalho, aos meus colegas do escritório, muito obrigada.

Ao Senhor José Barreiros de Sousa, meu pai, pela dedicação e desempenho para proporcionar-me uma educação de qualidade e formação da minha personalidade.

A Senhora M^a Elzanira Ventura de Sousa, minha mãe, por todo amor, o carinho que sempre esteve presente na minha educação, a senhora é meu exemplo

de força, honestidade e de como ser mãe. Obrigada pela ajuda e apoio cuidando dos meus filhos para que eu pudesse estudar.

Ao meu irmão o Professor Ricardo Ventura e minha cunhada Ana Paula Ventura pelos momentos de conversa e debates que se transformaram em grandes reflexões e a Tia Lurdinha Ventura, seu amor revigora a minha energia.

Ao meu amigo Rodrigo Algarte pelas conversas aleatórias que aliviaram a minha mente nos momentos de tensão e aos papos cabeça.

Ao Fábio Mendes, por não me deixar faltar aula para ir namorar, pelas conversas que me acalmavam, pelo carinho, você passou um pouco da sua determinação para mim. Muito Obrigada.

Deixei por ultimo os agradecimentos às pessoas mais importantes na minha vida, meus filhos, Letícia Ventura e Arthur Ventura, obrigado pelos momentos em que eu entrava em pânico, achando que não iria dar conta do trabalho; da casa; da faculdade, da vida pessoal e vocês chegavam de mansinho, me falando para não ficar triste, pois, eu iria conseguir, obrigada pelos abraços revigorante e os beijos. Escutar o “mamãe eu te amo” todas as noites antes de dormir é o maior de todos os reconhecimentos que eu poderia receber. Arthur, Letícia, muito obrigada eu amo vocês.

RESUMO

Este trabalho trata do processo de cooperação técnica internacional, sua base teórica e história recente. Situando o Brasil neste contexto, relata parte desta trajetória e os agentes que integram o universo de interação entre organismos internacionais e o Governo Federal no campo da educação.

O objeto da pesquisa é a análise do projeto de cooperação técnica internacional “Atualização dos Processos de Gestão e Avaliação de Políticas e Programas de Educação Superior no Brasil” entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI e o Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Superior no Brasil, verificando se seus objetivos foram cumpridos e quais as suas contribuições para a política pública.

Utilizando o resultado da avaliação do alcance dos resultados e atividades do projeto, foi possível refletir sobre as contribuições da cooperação técnica internacional à educação superior brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Cooperação Internacional, Educação Superior, Projeto.

ABSTRACT

This study refers to international cooperation, its basic theory and history. Placing Brazil in this process, it refers to its' path and to the actors of this universe of interaction between international cooperation agencies and the Federal Government in the field of Education.

The goal of this research is to analyze the technical cooperation project "Updating the Management and assessment Process of Policies and Programs on Higher Education in Brazil", implemented by the Organization of Ibero American States for Education, Science and Culture and the Ministry of Education - Department of Higher Education— examining whether its objectives were achieved and their benefits for higher education policies.

By evaluating the achieved of proposed results and activities implementation, it analyzes the contribution of this specific international technical cooperation project to higher education in Brazil.

Keywords: Public Policies, International Cooperation, Higher Education, Project.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agencia Brasileira De Cooperação

BID – Banco Interamericano De Desenvolvimento

BRA - Brasil

CCA - Common Country Assessment (Avaliação Conjunta Do País)

Cd-Row - Compact Disc Read-OnlyMemory

CTI – Cooperação Técnica Internacional

FE – Faculdade De Educação

Fies – Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

IESALC - Instituto Internacional Para La Educación Superior En América Latina Y El Caribe

LDB – Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996

MEC - Ministério Da Educação

MRE – Ministério Das Relações Exteriores

OEI – Organização Dos Estados Ibero-Americanos Para A Educação, A Ciência E A Cultura

OI – Organismo Internacional

PET - Programa Especial De. Treinamento – Secretaria De Educação Superior Do Ministério Da Educação Mec. Manual. Abril. 2001

PNE – Plano Nacional de Educação

PRODOC – Project Document (Documento de Projeto)

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU -Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SIGOEI – Sistema de Informações Gerenciais da Organização dos Estados Ibero-americanos

Tdah - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

UnB – Universidade de Brasília

UNCT - United Nations Country Team (Equipe das Nações Unidas no País)

Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	MEMORIAL	13
2	INTRODUÇÃO	16
3	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR: APORTE TEÓRICO	19
3.1	O Ensino Superior No Brasil	19
3.1.1	Políticas que estão ligadas diretamente com a SESU:	21
3.2	A Cooperação Internacional	22
3.3	Conhecendo a OEI	24
3.3.1	As linhas de cooperação da OEI:	25
4	ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. CÓD. OEI/BRA/10/002-SESU–	26
4.1	Descrição do Objeto de Pesquisa.....	26
4.2	Fontes dos Recursos Financeiros	26
4.3	Descrição da Situação Atual.....	27
4.4	Destacam-se como obstáculos para atingimento dos desafios:	28
4.5	Detalhamento da Situação Desejada	29
4.6	Beneficiários do Projeto	30
4.7	Plano de Trabalho: Objetivos, Resultados e Atividades	31
5	APRECIÇÃO DOS RESULTADOS	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
7	BIBLIOGRAFIA:.....	45

1 MEMORIAL

Escreverei aqui algumas linhas referentes à minha trajetória acadêmica: ingressei na escola com 06 anos de idade no pré-primário, cursei toda a educação básica nas escolas públicas do Distrito Federal. Como uma aluna mediana, passei por alguns momentos que considero difíceis nessa trajetória, pois, sempre fui “rotulada” de “a menina quietinha demais ou um tanto avoada”, estes adjetivos não contribuí para o desempenho escolar de uma criança e somente quando entrei na UnB/FE cursando a disciplina Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais com a Profª. Drª. Silvia, é que pude entender as coisas que aconteciam comigo durante tanto tempo: Procurei um médico e recebi o diagnóstico de TDAH. Hoje percebo que a minha trajetória poderia ter sido bem mais tranqüila.

Nas minhas escolhas por uma graduação cheguei a cursar 4 semestres do curso de Administração, porém não estava satisfeita com a minha escolha e acabei trancando o curso.

Ao escolher o curso de Pedagogia tive certo receio, pois considero a educação o caminho para uma população livre, civilizada, consciente dos seus direitos e deveres, com o acesso ao conhecimento e às informações. Encaro esta profissão com muito respeito, pois ela carrega uma grande responsabilidade: a de “educar” crianças, jovens e adultos, o professor é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento crítico e filosófico dos seus alunos.

Durante todo o período que estive freqüentando as aulas do curso de Pedagogia e as instalações da FE/UnB, passei por alguns momentos que não poderia deixar de relatar. A emoção de receber a notícia de aprovação no vestibular é incrível, fazer a matrícula, tudo parece um sonho até chegar no segundo semestre e o aluno se vê perdido na liberdade que é montar a sua grade horária, principalmente para os estudantes do curso noturno, onde algumas disciplinas obrigatórias coincide o horário. Aperfeiçoar a grade horária foi uma habilidade que adquiri no 4º semestre.

Mesmo com o aprendizado para um melhor aproveitamento dos estudos, nos deparamos com as disciplinas de Projetos 03 e 04 e suas fases. Para os estudantes do curso noturno existe uma dificuldade na hora de escolher qual linha de projeto seguir, pois, a maioria dos projetos é oferecida no turno diurno então o denominador importante para a tomada de decisão de qual projeto escolher passa a ser o horário em que a disciplina é ofertada e não mais o tema que irá auxiliar para a pesquisa que será utilizada na construção da monografia.

Dentro das possibilidades acredito que fiz boas escolhas, para o projeto 03 fase 01 e 02 optei por trabalhar com a Professora Drª Sônia Marise, com a

Economia Solidária foi possível o melhor entendimento para o conceito de Dádiva, um cambio de apetrechos e gentilezas vividos sob o dogma da espontaneidade, e a idéia de trazer a Sociologia para trabalhar a cooperação internacional.

O Projeto 4 é o momento da prática pedagógica, para a fase 01 optei fazê-la com a Professora Dr^a Maria do Carmo, utilizando a linha de pesquisa em competências e habilidades, aprendi como fazer um projeto para trabalhar com os alunos e com a escola, a elaborar um plano de aula, avaliar o meu desempenho como educadora e avaliar o desempenho dos alunos.

A experiência na prática docente foi algo imensurável, único, este processo foi decisivo para que eu seguisse com a opção de pesquisa no âmbito das Políticas Públicas, percebi a importância do professor no chão da escola e como o papel das Políticas de Educação são importantes para o desempenho da docência.

A fase 02 deste projeto 04 cursei com a Professora Dr^a Sônia Marise e resultou na coleta dos dados da pesquisa e na realização de estudos para a elaboração de dois conjuntos de instrumentos de avaliação de projetos de cooperação técnica internacional.

O projeto 05 sob a orientação da professora Dr^a Liliane, sua orientação foi objetiva, me ajudando assim na elaboração de texto técnico com a análise e a interpretação dos dados, a elaboração de texto conclusivo a partir das análises e interpretações dos dados e informações coletados.

Dentre as diversas áreas de atuação do pedagogo, acabei me identificando com o campo das políticas públicas, pois acredito que o planejamento educacional é a base para uma educação de qualidade e para uma sociedade igualitária. Fui influenciada pelos sociólogos da educação no desejo de uma sociedade consciente dos seus direitos, e vislumbrei na educação um instrumento real de mudança de uma sociedade. Acabei por descobrir um caminho cheio de possibilidades e desafios, sem querer ser repetitiva, e para desenvolver uma educação de qualidade.

E, quando algo tem que ser, realmente tudo acontece para favorecer. Uma boa analogia para isso é o curso das águas de um rio, onde às vezes podem existir algumas barreiras, mas sempre segue em direção ao seu destino. Esta pequena introdução poética é para falar do meu local de atuação profissional, onde hoje trabalho em um Organismo Internacional, a Organização dos Estados ibero-americanos para a Educação, a Ciências e a Cultura – OEI, que atua para o desenvolvimento dos países da ibero-américa. Por lá passam projetos, documentos voltados para o desenvolvimento da educação dos países envolvidos, congressos e fóruns internacionais, que me possibilitam estar atualizada sobre as mais recentes pesquisas voltadas para o desenvolvimento humano e tecnológico. Um dos grandes projetos da OEI é o das “Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”.

Minha perspectiva profissional é atuar na área de gestão na educação, aprendi com a experiência na Faculdade de Educação como o indivíduo pode influenciar e fazer a diferença em pequenos espaços como a sua casa, a vizinhança, e assim, como o professor pode fazer a diferença dentro da escola, na vida das crianças, jovens e adultos. A OEI por sua vez proporcionou uma visão macro da educação e como ela pode ultrapassar fronteiras, desde as territoriais até as fronteiras do preconceito.

2 INTRODUÇÃO

O Brasil vem atuando no âmbito da cooperação técnica há 40 anos, esta parceria com países amigos proporcionou o desenvolvimento em áreas importantes como a agropecuária, saúde, educação, ciências e tecnologias, mineração, industrial, pavimentação, e mais recentemente a contribuição para o meio ambiente.

Assim, tendo como interesse a Educação questiono: Como acontece a execução do processo de cooperação técnica internacional entre os Organismos Internacionais e o Ministério da Educação e os objetivos são alcançados?

Este trabalho tem como tema as Políticas Públicas, o seu objeto de estudo é a Análise do Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a SESu/MEC e a OEI – PRODOC: Atualização dos Processos de Gestão e Avaliação de Políticas e Programas de Educação Superior no Brasil

A proposta do presente trabalho é sistematizar as atuais diretrizes e estruturas programáticas de cooperação técnica no Brasil, que tem os seguintes objetivos:

Descrever de forma sintética os principais fundamentos, princípios e processos relacionados à cooperação técnica internacional na área da educação brasileira.

Identificar e sistematizar as atuais diretrizes, objetivos e estrutura programática do projeto de cooperação técnica internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI ao Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Superior no Brasil.

Analizar os instrumentos de avaliação da eficiência e da eficácia do projeto de cooperação técnica internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI ao Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Superior no Brasil

Tendo como marco inicial estes objetivos que são os parâmetros básicos para as ações concretas realizadas – este trabalho investigativo propõe ao final de todas as fases da pesquisa, responder os questionamentos abaixo.

Quais são as bases legais, as capacidades humanas e as estruturas organizacionais que as Agências Internacionais dispõem efetivamente para a prestação de cooperação técnica ao Brasil nas áreas relacionadas à educação superior?

Os objetivos almejados na execução do projeto de cooperação técnica na educação superior entre a OEI e a SESu/MEC foram alcançados?

Quais são as transformações/mudanças na promoção e concretização da educação superior que podem ser atribuídas às ações intervenientes do projeto de cooperação técnica internacional executada pela OEI e a SESu/MEC?

Como parte integrante para a Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia a pesquisa desenvolvida foi do tipo qualitativo, baseado em dados extraídos de formulários e estes expressam: sentimentos, posições pessoais e desempenho técnico dos sujeitos participantes. Na pesquisa qualitativa “há sempre uma tentativa de capturar a perspectiva dos participantes”, a maneira como os colaboradores encaram as questões que estão sendo focalizadas. Considerando os vários pontos de vista dos integrantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo” (LüdKe e André, 1986).

Como complemento da pesquisa qualitativa, coletou-se e analisou-se dados quantitativos como, números absolutos e percentuais que demonstrem as tendências conectadas ao desenvolvimento da educação Superior no Brasil.

O método de investigação utilizado para a consecução dos objetivos desta pesquisa é o descritivo/interpretativo. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [com a intenção de] levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2002). Utilizando essa metodologia, a investigação desenvolvida almeja identificar, junto aos sujeitos relevantes, o seu posicionamento, astúcias e entendimentos quanto a intermediação da cooperação técnica internacional para o êxito da educação superior, no Brasil

Realizou-se revisão bibliográfica: análise feita com “base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002). Com o estudo da bibliografia a fundamentação teórico-conceitual da pesquisa foi elaborada, contendo as idéias, as definições e os conhecimentos já produzidos por pesquisadores e intelectuais em relação ao tema: cooperação técnica internacional e os projetos de desenvolvimento para a educação superior no Brasil.

Pela análise documental foram pesquisados documentos originais que ainda não tinham passados por um tratamento analítico. Os documentos presentes nessa categoria são os documentos institucionais das Agências Internacionais no Brasil; documentos legais e diretrizes operacionais da Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – MRE; relatórios de pesquisa e projetos de cooperação técnica internacional em execução no Brasil na área de educação superior; pareceres, avaliações, notas técnicas sobre projetos de cooperação técnica no Brasil na área de educação.

A geração dos dados necessários para o processo de análise deu-se com as seguintes etapas:

- Leitura dos produtos
- Preenchimentos dos formulários de avaliação SIGOEI – Sistema de Informação da OEI
- Análise dos dados gerados pelo sistema
- Coleta e análise dos dados

A análise dos dados utilizou um dos instrumentos de avaliação de projetos de cooperação técnica internacional: avaliação de eficiência, ou seja, verificação e interpretação dos resultados do projeto ao final de sua execução.

O outro instrumento de pesquisa utilizado foi a busca em arquivos digitalizados, banco de dados, websites e CD-ROM.

Os sujeitos da pesquisa - a amostra - foram selecionados de forma intencional a partir da relevância deles em relação ao tema investigado. Segundo Michel Thiollent “mesmo em pesquisa convencional, ao planejarem amostras de pessoas a serem entrevistados com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer às chamadas amostras intencionais” (1986). Nestes termos, pretende selecionar sujeitos que, pelo conhecimento e pela experiência que possuem, possam prestar informações importantes para a investigação de todos os aspectos envolvidos no tema pesquisado. Assim, farão parte da amostra *stakeholders* da OEI e da SESU/MEC.

3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: APORTE TEÓRICO

3.1 A Educação Superior no Brasil: a criação das primeiras universidades

Para entender o processo de desenvolvimento da educação superior no Brasil é necessário conhecer a sua trajetória, da sua origem até os dias atuais. Dentre os países da Ibero-América, o Brasil foi o que mais demorou em propagar o sistema de ensino superior, os espanhóis em 1538 implantaram no Caribe a Universidade Católica Santo Domingo, a primeira Universidade da América Latina.

Portanto para que os filhos da burguesia portuguesa nascidos na colônia concluíssem uma graduação no ensino superior era necessário o regresso para a Corte Portuguesa e ingressarem na Universidade de Coimbra.

Com o avanço de Napoleão na invasão de Portugal, Dom João VI, ajudado pela Inglaterra, transfere a Corte para o Brasil, e cria no Rio de Janeiro uma Escola de Cirurgia, a Academia Militar que transformou-se na Escola Central que deu origem a Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante o império, motivado pela excelência da Universidade de Coimbra não foi criada uma Universidade no Brasil existindo apenas cursos superiores de orientação profissional.

Em 1920 pelo Decreto nº 14.343 criou-se a primeira universidade no Brasil, reunindo as faculdades pré-existentes formando a Universidade do Rio de Janeiro, porém não havia inovações nesta estrutura, continuava seguindo o sistema de mais ensino do que pesquisa e extensão.

Outro momento marcante para o desenvolvimento do ensino superior no país foi na década de 1930, quando Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde e a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras¹, atendendo as necessidades ficou estabelecido que as instituições pudessem ser de ordem oficial (pública: Federal, estadual e municipal), e de ordem livre (particulares) sendo obrigatório conter pelo menos 03 cursos da lista determinada pelo estatuto que são: Direito; Medicina, Educação²; Engenharia; Ciências e Letras.

¹OLIVEN, Arabela Campos. História da educação Superior no Brasil – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC/UNESCO/CARACAS – Porto Alegre - 2002

²Segundo OLIVEN, a ênfase dada a Faculdade de Educação era mais para atender as necessidades do ensino médio do que os desejos da criação de uma universidade voltada para pesquisa.

Segundo Oliven, em 1935 o Diretor de Instrução do Distrito Federal, Anísio Teixeira, criou a Universidade do Distrito Federal através de Decreto Municipal com foco para a ampliação da cultura e estudos desinteressados. Considerada liberal, não durou muito tempo: foi extinta em 1939 por decreto presidencial, ato considerado como o maior exemplo do autoritarismo mediante a educação superior no Brasil.

A universidade do Distrito Federal foi, também, muito criticada pelos setores conservadores ligados a Igreja Católica, os quais temiam a influencia negativa do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira. (OLIVEN, 2002, p. 29)

Diferente do cenário universitário existente na época no Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo³ inovou no cenário da educação superior do Brasil, acrescentando as faculdades tradicionais existentes a Faculdade de Filosofia, de Ciências e de Letras, com um quadro de docentes formados por pesquisadores estrangeiros, com o ensino voltado para a pesquisa.

Durante o período de 1946 e meados de 1960 foram criados no Brasil 28 universidades sendo que 18 eram públicas, que tinham a pesquisa como foco para o desenvolvimento do país e de sua população, e 10 universidades particulares voltadas para o ensino das praticas profissionais.

Com a transferência da capital para Brasília, surgiu a primeira universidade que não era criada sobre a junção de faculdades pré-existentes, mas sim dinâmica com uma estrutura moderna voltada para o desenvolvimento cultural e tecnológico. Seguindo o modelo norte-americano, substituiu as cátedras por departamentos e no formato de fundação, tendo no corpo docente doutores e pesquisadores internacionais com uma visão totalmente inovadora. Mas logo com o golpe militar, muitos professores foram afastados de suas atividades, principalmente na UnB.

Assim, a década de 1960, foi um período de grandes mudanças para o país e no ensino superior, mesmo contrário aos movimentos estudantis, os militares percebiam a necessidade de uma reforma no ensino superior e essas transformações foram⁴: a extinção da cátedra; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; sistema de crédito; participação discente e docente; fim da autonomia das faculdades; currículo mínimo determinado pelo MEC. O período de regime militar e repressor no Brasil diferente o que aconteceu nos demais países da América -

³Universidade de São Paulo criada em 1934, a USP tornou-se o maior centro de pesquisas do país (OLIVEN-2002).

⁴SANTOS, Adilson e CERQUEIRA, Eustaquio. Ensino Superior: trajetória Histórica e políticas recentes - IX Colóquio Internacional Sobre gestão Universitária na América do Sul – Florianópolis. 2009. P. 5

Latina, promoveu o ensino superior no país, não foi o ideal, porém não ficou estagnado ou anulado.

A Lei 5.540/68 da Reforma Universitária determina que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam inseparáveis pois são o tripé para a formação acadêmica.

3.2 A Educação Superior no Brasil com a criação da SESU.

A valorização dos docentes, o desenvolvimento de pós-graduação, das atividades científicas no país e a criação da SESU, Secretaria de Educação Superior, órgão do MEC ligado a supervisão e implementação das políticas voltadas para o ensino superior, foram passos decisivos para a educação superior brasileira.

A SESU é a formuladora das políticas para o ensino superior e, utilizando-se de portarias e decretos, norteia o sistema de educação superior. É também nesta Secretaria que são emitidos as autorizações para criação de novos cursos e novos Institutos de Educação Superior, que devem seguir os padrões determinados para serem credenciadas e para manterem o credenciamento.

São atribuições da SESU:

- condução do processo de discussão e implementação das diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação;
- estabelecimento dos padrões de qualidades para os cursos de nível superior;
- implementação ou supervisão de programas especiais, como o Programa Especial de treinamento (PET) e o Programa para Melhoria do ensino Superior (recursos para as IES e financiamento de equipamento);
- sistematização da Legislação, criando procedimento para as normas fixadas pela LDB;
- supervisão e fiscalização de IES, sobretudo no que tange à Avaliação das Condições de Ofertas dos cursos, por meio da constituição de Comissões de Especialistas. (OLIVEN, 2002. P. 138)

Desde 2010 a SESU vem ampliando a sua atuação para o crescimento e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, proporcionando o ingresso nas universidades da população carente brasileira, por meio do PROUNI e do FIES, visando o progresso sócio econômico do país e o aumento da escolaridade de seu povo.

3.3 A Cooperação Internacional na Educação Superior

Com frequência, em uma entrevista de emprego, o gestor de Recursos Humanos utiliza a palavra “cooperação” para descrever o espaço proativo em que o candidato entrevistado está pleiteando uma vaga, fixando a ideia de que o funcionário é um “dente da engrenagem” que movimenta a empresa. Utilizando este exemplo podemos dizer que cooperação é a ação solidária do indivíduo atuando em dupla ou grupo para o benefício de todos, e que agindo isoladamente não teria êxito.

A construção deste entendimento de cooperação surgiu no século XIX com os estudos de Durkheim e a publicação da obra “Da Divisão do Trabalho Social” (1893).

Antes de falarmos da cooperação internacional e da cooperação técnica no Brasil, é importante considerar alguns pontos nos fatos sociais analisados por Durkheim, observando as diferenças existentes na sociedade mercantil ele nos apresenta a solidariedade orgânica, onde os indivíduos se juntam para cooperarem pelo bem comum. “*Para que cooperem harmoniosamente [...] é necessário [...] que as condições dessa cooperação sejam estabelecidas para toda a duração de suas relações*”, e isto será feito por regras formais (jurídicas) e/ou informais (tradição, normas) (Durkheim, 1995, p. 200).

As regras para o convívio em sociedade de solidariedade orgânica tem origem na reciprocidade, na divisão do trabalho e nas especializações, mantendo a unidade da consciência coletiva consolidada nas sociedades do tipo capitalista, essa coesão social é o que mantém a cooperação social. O indivíduo poderá fazer parte de uma legítima relação social no momento em que respeita regras elaboradas em conjunto com a sociedade. [...] mesmo onde a sociedade repousa da maneira mais completa na divisão do trabalho, ela não se resolve numa poeira de átomos justapostos, entre os quais só se podem estabelecer contatos externos e passageiros. Mas seus membros são unidos por vínculos que se estendem muito além dos momentos tão curtos em que a troca se consuma (Durkheim, 1995, p. 217).

Como essa relação social está consolidada na moral, o fato social coercitivo regula o indivíduo no seu convívio social, nas relações de mercado, gerando laços que se solidificam e coletivamente trabalham para a criação de processo de reprodução das organizações sociais. Com a ideia de uma visão primordial da economia de mercado e todo o seu poder que atua influenciando politicamente na esfera econômica, pode ser encontrado opostos interesses de mercado conflitantes e a cooperação representa o equilíbrio.

Mediante a análise das instituições econômicas no modelo de custos operacionais apresentando o equilíbrio do processo de troca, as relações da sociedade contemporânea é basicamente contratual, bilateral e/ou multilateral.“a

cada instante e não raro inesperadamente, sucede-nos contrair esses vínculos, seja ao comprarmos, seja ao vendermos [...]. A maioria das nossas relações com outrem são de natureza contratual” (Durkheim, 1995, p. 201).

A cooperação não flutua somente nas esferas econômicas, ela pode assumir uma postura assistencialista, porém este tipo de cooperação nunca foi uma ação desinteressada por parte do doador, pois acaba criando uma situação de submissão e um dever moral de retribuir.

“De todos esses temas muito complexos e desta multiplicidade de coisas sociais em movimento, queremos considerar um único traço, profundo, mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (Mauss 1974: 41)

De posse deste conhecimento, percebemos que a cooperação internacional é parte necessária para o desenvolvimento da sociedade, orientando e ampliando as possibilidades de mudanças em países com carência em seus sistemas tecnológicos, de educação, econômicos entre outros, como uma maneira de compensar a necessidade do mundo globalizado. Foi no período pós-guerra, vendo a destruição sofrida por alguns países, que a Organização das Nações Unidas foi criada no ano de 1945, “tendo como objetivo de formular práticas e ferramentas para a segurança, o desenvolvimento da economia, definição de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e progresso social”. (site da ABC/MRE)

O Brasil vem atuando mais intensamente por meio da cooperação técnica internacional desde meados dos anos 60. A parceria com países amigos desde então proporcionou o desenvolvimento em áreas importantes como a agropecuária, saúde, educação, ciências e tecnologias, mineração, industrial, pavimentação, e mais recentemente a contribuição para o meio ambiente. Era por meio da execução direta que a cooperação técnica funcionava no Brasil, com a administração e a gestão financeira dos projetos gerenciados pelos Organismos Internacionais (OI). Na prática significava que os OI e seus especialistas apresentavam os projetos de cooperação, preparavam o orçamento, vendiam o financiamento do FMI/BID e gerenciavam sua execução com total poder.

A partir dos anos 90, a cooperação técnica internacional no Brasil foi revista e hoje segue as seguintes diretrizes:

- Ênfase a programas vinculados às prioridades nacionais de desenvolvimento.
- Ênfase a programas de impacto nacional, regional e local.
- Concentração em projetos que criem efeitos multiplicadores e sustentabilidade dos resultados.

- Ênfase em projetos que gerem capacitação institucional por meio da transferência e absorção de conhecimentos (ABC/MRE).

Transitando por temas multidisciplinares e transversais a cooperação técnica brasileira, interage entre atores e experiências, nas esferas nacionais e internacionais, articulando diálogos planejados focalizando a obtenção de objetivos comuns. A cooperação técnica internacional tem como função junto aos órgãos públicos de instrumentalizar e promover a capacitação para a execução de maneira sustentável, desenvolver e avaliar os programas e as políticas públicas.

3.4 Conhecendo a OEI

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é um organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. Com sede em Madri a OEI é formada por Estados-Membros, com pleno direito, que são todos os países ibero-americanos que conformam a comunidade de nações integrada por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela, e por países observadores. (Fonte: <http://www.oei.org.br/index.php?secao=quem-somos>)

O financiamento da OEI e dos seus programas está coberto mediante as quotas obrigatórias e as contribuições voluntárias que efetuam os Governos dos Estados-Membros e pelas contribuições que, para determinados projetos, possam fazer instituições, fundações e outros organismos interessados no melhoramento da qualidade educativa e no desenvolvimento científico tecnológico e cultural. O governo da OEI é exercido através dos três órgãos seguintes: A Assembléia Geral, O Conselho Diretivo e A Secretaria Geral. Fonte: <http://www.oei.org.br/index.php?secao=quem-somos>)

Para a OEI a cooperação técnica internacional, é uma ação concebida de forma participativa e interativa, por meio da qual são abordados aos organismos nacionais novos procedimentos de trabalho, com inovação tecnológica e modernos modelos de gestão e avaliação. A OEI, no desenvolvimento dos projetos de cooperação técnica internacional, considera sobremaneira a cultura e os valores humanos e organizacionais que fazem parte dos organismos nacionais parceiros. A

OEI, entende que toda organização, seja ela pública, privada ou não-governamental, possui responsabilidade social a cumprir.

3.4.1 As linhas de cooperação da OEI e o presente trabalho:

As linhas de cooperação da OEI compreendem a educação, a ciência e a cultura. No campo da educação, o eixo programático que ampara o projeto de cooperação técnica internacional analisado por esse trabalho é o eixo 5, cuja finalidade é promover estratégias de cooperação interuniversitária entre os países da região, que permitam avançar de forma paulatina na convergência dos sistemas de educação superior. Para isto, será dada continuidade à consolidação, extensão e ampliação - territorial, institucional e temática - das ações de intercâmbio e de mobilidade acadêmica. De igual modo, aprofundar-se-ão linhas de trabalho já abertas sobre modelos de cooperação em investigação e desenvolvimento de doutorados; de cooperação em rede de unidades de relações internacionais das universidades; de desenvolvimento de modelos e instrumentos de comparabilidade entre estudos. Assim, apoiar-se-á o desenvolvimento de sistemas de créditos e avaliação de instituições e de programas de nível superior que assegurem sua qualidade e competitividade.

<http://www.oei.org.br/index.php?secao=quem-somos>)

4 ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.

4.1 Descrição do Objeto de Pesquisa.⁵

Para a compreensão do processo de análise do projeto de cooperação técnica entre a SESU/MEC e a OEI será feito a descrição conforme o documento original fornecido pela OEI, com a descrição da situação do sistema de educação superior no momento da criação do projeto de cooperação técnica, os obstáculos a serem superados e o detalhamento da situação desejada.

O projeto tem como objetivo geral atualizar processos gerenciais, metodológicos e organizacionais aplicáveis à gestão e à formulação de nova política de Educação Superior no Brasil, tendo como Agência Executora a Secretaria de Educação Superior – Ministério da Educação e a Agência Internacional de Cooperação é a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, que trabalha com as seguintes linhas de Cooperação da Agência Internacional

O prazo de duração inicial estabelecida pelo projeto foi de janeiro de 2010 a dezembro de 2012 – 36 (trinta e seis) meses.

4.2 Fontes dos Recursos Financeiros⁵

Tem sua origem com o Governo Federal através da Secretaria de Educação Superior – Ministério da Educação com a finalidade de execução do presente Projeto que tem como objetivo principal a atualização de processos gerenciais, metodológicos e organizacionais aplicáveis à gestão e à formulação de nova política de educação superior no Brasil. Para tanto, estão previstas ações relacionadas à concepção de metodologias, técnicas e processos de planejamento e gestão de atividades fim e meio ligadas à educação superior, no sentido de expandir o acesso, a qualidade do ensino e da produção acadêmica, bem como do equilíbrio na distribuição da oferta. Além dessas, fazem parte da programação o desenvolvimento de procedimentos para atualizar práticas de gestão e planejamento do ensino, da formação profissional e da assistência técnica na rede de hospitais universitários federais. Completam as atividades programadas do Projeto a estruturação e

⁵A descrição do objeto de pesquisa é o texto original conforme está no PRODOC

aplicação piloto de processos organizacionais destinados à integração de programas acadêmico-científicos entre instituições de educação superior localizadas em áreas de fronteira.

4.3 Descrição da Situação Atual⁵

Não obstante o grande avanço realizado nos últimos cinco anos, o potencial desenvolvimentista brasileiro é restringido pela desigualdade social, originária no modelo estrutural histórico, fazendo com que um terço da população viva abaixo da linha da pobreza.

As questões de desigualdade encontram-se na raiz dos imensos desafios que o Brasil hoje enfrenta em sua busca por desenvolvimento humano. Entre esses desafios encontram-se a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, a redução da vulnerabilidade ambiental, dos conflitos sociais e da violência, a redução da pobreza, da miséria e da exclusão, a promoção da diversidade cultural e a generalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Como observado na Avaliação Conjunta do País (CCA) elaborada pela Equipe das Nações Unidas no País (UNCT) a respeito do Brasil, o país, para realizar seu reconhecido potencial, terá que dar passos largos em direção a uma sociedade mais inclusiva.

Neste contexto, eleva-se o papel da educação como fator preponderante de inclusão social e desenvolvimento humano.

Ciente da importância e da necessidade à redução das desigualdades por meio da educação, o governo brasileiro vem desenvolvendo uma série de ações.

Atualmente, apenas 11% de jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior; a ampliação desse percentual representa, obviamente, um desafio para o governo brasileiro.

Neste contexto, o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESu, tem dado ênfase nas ações de expansão da educação superior de qualidade, garantindo a inclusão e democratização do acesso ao ensino superior.

A SESu vem desempenhando papel preponderante neste processo a partir da definição de um novo marco regulatório que racionaliza e qualifica os processos de avaliação, regulação e supervisão da educação superior. Nesse sentido, no ano de 2008 foram autorizados 435 novos cursos de graduação e em 2009, até o mês de maio, 220 novos cursos receberam do Ministério da Educação a autorização para

funcionamento. Esses atos autorizativos contam com uma criteriosa avaliação das condições de oferta do curso apresentadas pelas instituições de ensino relacionadas e são processados a partir de rotinas de otimização da tramitação dos processos nas instâncias do MEC.

(...) A Secretaria de Educação Superior – SESu, é também responsável por ações voltadas à ampliação do acesso e da permanência dos jovens na educação superior. Tais ações possuem duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos – ProUni, e a concessão de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies.

São ações que, em conjunto, já atenderam cerca de a um milhão de estudantes, o que revela significativo impacto sobre seu público-alvo.

Evolução do Número de Ingressos na Graduação Presencial, segundo a Organização Acadêmica - Brasil - 2002-2008.

(...) O panorama apresentado permite a compreensão do Complexo Educação Superior num país continental como o Brasil. O planejamento estratégico de 2008 da SESu e sua convergência ao Alinhamento Estratégico MEC de 2009, explicitaram necessidades prementes à consecução das diretrizes e metas estabelecidas, bem como, explicitaram a necessidade de atualização e elaboração do novo Plano Nacional de Educação para a próxima década.

4.4 Destacam-se como obstáculos para atingimento dos desafios⁵:

1. Inexistência de ações direcionadas ao desenvolvimento regional:
2. Estruturas de gestão, processos e sistemas de informação defasados:
3. Inexistência de sistematização de elementos para elaboração do novo PNE
4. Falta de sistemática integradora das ações acadêmico-científicas com outros países: A inexistência de sistemática para ampliação e consolidação dos programas e projetos de cooperação internacional com países da América Latina, Caribe, África e Europa implica na baixa efetividade dessas ações, impedindo a sedimentação e consolidação de projetos e programas realizados em parceria com os países os quais o Brasil tem interesse em manter relações de cooperação multilateral ou bilateral.

4.5 Detalhamento da Situação Desejada⁵

A parceria entre MEC/SESu e a OEI, visa atualizar a gestão da Educação Superior no Brasil, por meio das melhores práticas nacionais e internacionais em processos gerenciais, metodológicos e organizacionais customizadas à realidade nacional, adequando e capacitando a secretaria e as instituições federais de ensino para fazer frente às necessidades governamentais e da população no que tange ao desenvolvimento regional sustentado.

Paralelamente a esta (re)construção da gestão, e aproveitando as experiências de sucesso observadas, pretende-se utilizar da parceria para apoiar a formulação do Novo Plano Nacional de Educação e a elaboração das propostas para o Plano Plurianual 2012-2015.

Para consecução das intenções declaradas, foi elaborado este projeto de cooperação técnica, onde as intenções são materializadas em seus objetivos, resultados e atividades.

Portanto, ao término da execução, em dezembro de 2011, espera-se que seus resultados tenham sido atingidos e, como consequência, as condições relacionadas a seguir tenham sido concretizadas.

- a. Formulação, no que tange a Educação Superior, do Novo Plano Nacional de Educação e das propostas para o Plano Plurianual 2012-2015;
- b. Atualização da sistemática de gestão da Educação Superior, abrangendo métodos, técnicas, indicadores e processos: refere-se a uma nova concepção quanto à gestão da Educação Superior, no âmbito do MEC/SESu e das Instituições Federais de Ensino Superior;
- c. Elaboração do Mapa da oferta regional de cursos: trata-se das condições que se desejam para o desenvolvimento regional sustentado e a distribuição regional equitativa da oferta de cursos;
- d. Elevação da produção de pesquisas e sistematização da disseminação do conhecimento em saúde gerado nos hospitais de ensino: condição que representa também um desafio ao desenvolvimento e crescimento do país;
- e. Atualização das políticas e programas de incentivo à graduação e permanência da Educação Superior: esta condição viabiliza o pressuposto no mapa da oferta regional de cursos;

- f. Fortalecimento da Rede de Instituições Federais de Ensino: este projeto ratifica as ações da SESu voltadas à reestruturação e expansão das universidades federais, com ênfase em interfaces internacionais;

Espera-se que a execução do presente projeto promova insumos ao realinhamento do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), proporcionando condições à continuidade do aumento do número de vagas, da abertura de cursos noturnos, da redução do custo por aluno, da flexibilização dos currículos, da criação de novas arquiteturas curriculares e da adoção de ações de combate à evasão.

4.6 Beneficiários do Projeto⁵

Todos os resultados deste projeto estão direcionados direta ou indiretamente para a geração de melhores condições institucionais, capacidades profissionais, estruturas operacionais que, por sua vez, estão sendo concebidas e implantadas para beneficiar as seguintes populações e comunidades: de gestores do Ministério da Educação e Instituições Federais de Ensino Superior; alunos das Instituições de Educação Superior: por meio da expansão dos instrumentos de incentivo a permanência na graduação e financiamento estudantil; as Comunidades Locais: os membros das comunidades locais (municipais) inclusive os pais dos alunos são beneficiários do projeto, em função da disposição assertiva e local de cursos às populações; professoresque contarão com programas de incentivo a capacitação, proporcionando não apenas a sua atualização profissional, mas, também, sua especialização em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; Governo, Parlamentares do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores: o governo federal, os parlamentares, como legisladores que definem a estrutura legal para o Setor Educação no Brasil.

4.7 Plano de Trabalho: Objetivos, Resultados e Atividades⁵

<i>Atividades Programadas no Plano de Trabalho</i>		
Objetivo	Resultados	Atividades
1. Formular métodos, técnicas e indicadores para análise e diagnóstico das políticas, ações e dos programas de Educação Superior no Brasil voltados a expansão do acesso, a qualidade da educação, a inclusão e ao desenvolvimento regional sustentado e a distribuição regional equitativa de sua oferta.	1.1. Métodos e técnicas formulados e validados para aplicação na análise e no diagnóstico de ações, políticas e programas de educação superior.	1.1.1. Desenvolver estudos sobre metodologias, processos, técnicas em análise e diagnóstico de políticas, ações e execução de programas
		1.1.2. Formular métodos e técnicas de análise e diagnóstico de políticas, ações e programas.
		1.1.3. Elaborar indicadores paramétricos para a análise e avaliação de políticas, ações e programas.
		1.1.4. Aplicar, para validação, os indicadores, os métodos e as técnicas formulados
		1.1.5. Elaborar conteúdo para a edição de documento com os fundamentos, métodos e técnicas de análise e diagnóstico de políticas, ações e execução de programas
	1.2. Métodos e técnicas aplicados de forma experimental na análise, diagnóstico e interpretação de políticas, ações e programas de educação superior	1.2.3. Aplicar os métodos e técnicas de análise e diagnóstico nas instituições e programas selecionados como amostra
		1.2.5. Avaliar a produtividade dos métodos e técnicas aplicados no grupo amostral de instituições e programas.

Atividades Programados no Plano de Trabalho		
Objetivos	Resultados	Atividades
2. Atualizar e conceber metodologias, procedimentos e processos de trabalho ajustáveis às novas concepções de gestão da educação superior, pesquisa e extensão universitária e financiamento estudantil.	2.1. Processos de trabalho e práticas administrativas atualizadas para aplicação no planejamento e avaliação dos sistemas de supervisão, regulação, orçamento e de financiamento estudantil nas instituições de educação superior.	2.1.1. Realizar diagnóstico sobre capacidades institucionais da Secretaria de Educação Superior do MEC – SESU/MEC em suas ações de planejar e avaliar sistemas operacionais, orçamentários e de financiamento estudantil.
		2.1.2. Analisar os resultados do diagnóstico institucional, relacionando e descrevendo as discrepâncias – gaps – de capacidades humanas, organizacionais e operacionais existentes na SESU/MEC
		2.1.3. Avaliar os processos de trabalho e as práticas administrativas com maiores restrições quanto à sua compatibilidade às novas concepções de gestão da educação superior.
		2.1.4. Elaborar um plano estratégico para a área de processos administrativos, orçamentário e de financiamento estudantil da SESU/MEC.
		2.1.5. Elaborar sistemática de avaliação de desempenho institucional para aplicação na SESU/MEC.
	2.2. Métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais elaborados e testados para utilização nas novas concepções relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão universitária e ao desempenho institucional da educação superior.	2.2.3. Elaborar métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais aplicáveis às novas concepções em pesquisa, extensão e desempenho institucional.
		2.2.4. Testar os métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais elaborados visando sua validação
		2.2.5. Definir os procedimentos, coletar, tratar e sistematizar dados e informações elencadas nos diálogos interacadêmicos para estudos, discussões e proposições sobre metodologias gerenciais compatíveis às atuais concepções relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras (*).
	2.3. Processos e práticas atualizados em gestão e planejamento do ensino, da formação profissional, da assistência e da geração de conhecimentos na rede de hospitais universitários federais.	2.3.1. Desenvolver estudos e diagnósticos sobre metodologias, processos e técnicas sobre bases organizacionais e informacionais na rede de hospitais universitários federais.
		2.3.2. Atualizar e definir metodologias, procedimentos, processos de trabalho e soluções tecnológicas ajustáveis às novas concepções organizacionais e informacionais da rede de hospitais universitários federais.
		2.3.3. Estabelecer critérios, selecionar e realizar aplicação piloto os procedimentos, processos de trabalho e soluções tecnológicas concebidos.

Atividades Programadas no Plano de Trabalho		
Objetivos	Resultados	Atividades
3. Conceber sistemáticas organizacionais e operativo destinadas à integração de programas, intercâmbio de experiências e seleção de melhores práticas em gestão e planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil.	3.1. Melhores programas e práticas de sucesso selecionadas e divulgadas como referenciais à gestão e ao planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil.	3.3.1. Estabelecer critérios para a identificação e seleção das experiências de sucesso em gestão e planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil e no exterior.
		3.3.2. Elaborar conteúdo para edição e publicação em meio impresso e digital, as experiências de sucesso em educação superior
		3.3.3. Programar e realizar encontros para apresentação e discussão das experiências de sucesso em educação superior (*).
		3.3.4. Definir os procedimentos para a coleta, tratamento e armazenamento de dados e informações sobre as experiências de sucesso

5 APRECIÇÃO DOS RESULTADOS

Como importante instrumento de monitoramento das Políticas de Governo a avaliação, de um modo geral, tem sido definida como instrumento para viabilização de programas e projetos, para a condução de seus objetivos, se houver necessidade, e até mesmo para mudanças em suas propostas e atividades. Segundo Cohen e Franco (1993, p.16) “A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação”.

Segundo GARCIA (2001, p. 32) “O monitoramento é um processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que corrige ou confirma as ações monitoradas”, e assim utilizando o método de monitoramento como um processo sistemático e periódico de análise de gestão, serão ponderadas as atividades executadas pelo projeto OEI/BRA/10/002-SESU correspondem com os objetivos almejados.

Quando trabalhamos com avaliação de Políticas Públicas utilizamos os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade para a leitura e interpretação dos dados coletados, para melhor entendimento é importante compreender estes conceitos. A análise por eficiência do tipo formativa, dentro dos programas de políticas públicas, corresponde ao monitoramento das ações e atividades e demais instrumentos para a execução do projeto.

“Em resumo, a eficiência, traduz-se por respostas dadas a questionamentos ou indicadores relativos a necessidades atendidas, recursos utilizados e gestão desenvolvida. A interação entre a política examinada e outras a ela relacionadas, assim como a não sobreposição de duplicação de esforços, são indicadores de eficiência não apenas da política em foco, mas de ações governamentais como um todo”. (Belloni, Magalhães e Sousa 2001, p. 64)

Diversos estudiosos tratam os conceitos de eficácia e efetividade de forma semelhante, porém, quando falamos de avaliação de políticas públicas, tem que existir uma separação. Para Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 62) “a eficácia corresponde ao resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução dos objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente exposto.” E que a efetividade é o conceito que revela em que

medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos (BELLONI, MAGALHÃES E SOUSA, 2001).

No PRODOC, para efetivar e concluir os objetivos se fez necessário definir as metas e traçar as atividades que seriam executadas. Para o primeiro objetivo que é: “Formular métodos, técnicas e indicadores para análise e diagnóstico as políticas, ações e dos programas de Educação Superior no Brasil voltados a expansão do acesso, a qualidade da educação, a inclusão e ao desenvolvimento regional sustentado e a distribuição regional equitativa de sua oferta.” (OEI/BRA/10/002 de 2010), tem duas metas para a sua realização, conforme os dados coletados o quadro abaixo apresenta o desempenho de cada atividade necessária para a conclusão da Meta 1.1, observa-se que três atividades foram concluídas e duas não realizadas, atingindo o resultado esperado, que segundo Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 62), “A eficiência diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e realizado, no sentido de combinar os insumos e os implementos necessários à consecução dos resultados visados”.

Quadro 1: Níveis de realização Objetivo 1 - Resultado 1.1

Atividades Programadas no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
1.1. Métodos e técnicas formulados e validados para aplicação na análise e no diagnóstico de ações, políticas e programas de educação superior.	1.1.1. Desenvolver estudos sobre metodologias, processos, técnicas em análise e diagnóstico de políticas, ações e execução de programas			X	
	1.1.2. Formular métodos e técnicas de análise e diagnóstico de políticas, ações e programas.		X		
	1.1.3. Elaborar indicadores paramétricos para a análise e avaliação de políticas, ações e programas.				X
	1.1.4. Aplicar, para validação, os indicadores, os métodos e as técnicas formulados				X
	1.1.5. Elaborar conteúdo para a edição de documento com os fundamentos, métodos e técnicas de análise e diagnóstico de políticas, ações e execução de programas		X		
	Total	0	2	1	2

Fonte: sigoei, 2014

Com a utilização da avaliação e do monitoramento⁶, os ajustes e mudanças servem para o aperfeiçoamento do programa e assim alcançar os objetivos e metas previstos. Analisando o quadro 2, verificou-se uma atividade concluída com nível de execução baixo e uma atividade não realizada, atingindo o resultado almejado para o andamento do projeto, as informações apresentadas pela avaliação do projeto funcionam como uma ferramenta de gestão, já no quadro 3 mostra o total relativo das Metas 1.1 e 1.2, com um percentual de 42,86% das atividades não realizadas, este número chama a atenção para uma análise mais detalhada, identificar as possíveis causas da não realização das atividades.

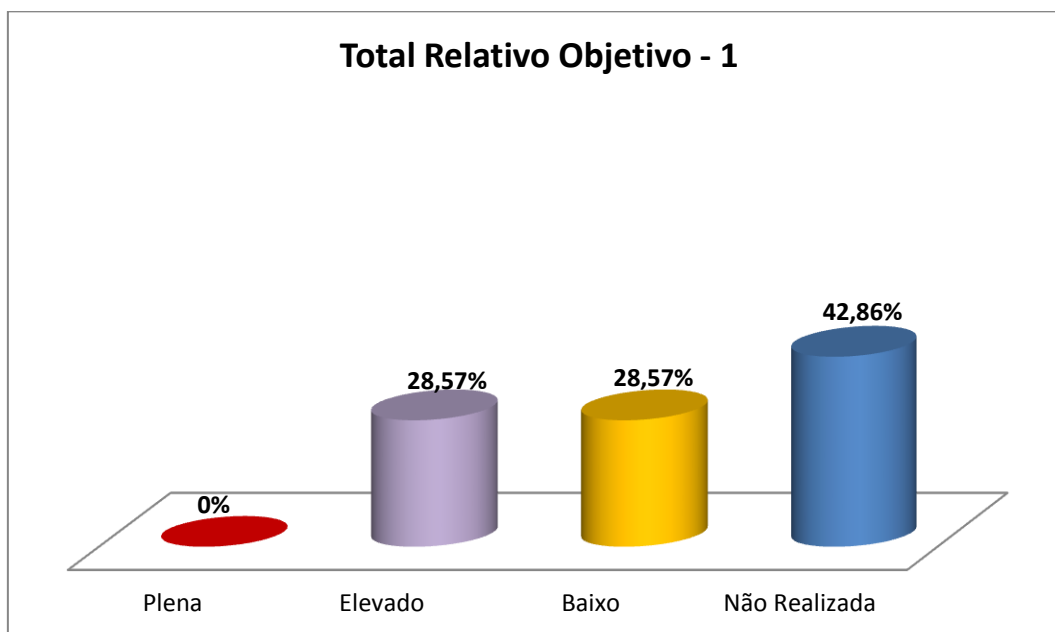
Quadro 2: Níveis de realização Objetivo 1 - Resultado 1.2

Atividades Programadas no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
1.2. Métodos e técnicas aplicados de forma experimental na análise, diagnóstico e interpretação de políticas, ações e programas de educação superior	1.2.3. Aplicar os métodos e técnicas de análise e diagnóstico nas instituições e programas selecionados como amostra			X	
	1.2.5. Avaliar a produtividade dos métodos e técnicas aplicados no grupo amostral de instituições e programas.				X
	Total	0	0	1	1

Fonte: sigoei, 2014

⁶Vaitsman. Jeni, Curso de Formação de Multiplicadores. ENAP - www.mds.gov.br/backup/servicos/pss-2008/2_jeni_vaitsman.pdf

Quadro 3: Total Relativo Objetivo 1



Fonte: A autora, 2014

Para a conclusão dos resultados 1.1 e 1.2 estavam previstos a contratação de 01 consultor, porém houve a contratação de 03 consultores. Na execução da fase 1.2 era necessário que o consultor/pesquisador visitasse as instituições e para isso ficou estabelecido no plano de ação à utilização de passagens e diárias, que não foram usadas. Foi deduzido que a pesquisa “in loco” não foi realizada, afetando assim o resultado do desempenho e gerando o elevado percentual de ação não executada.

Tendo como um dos resultados almejados na execução do PRODOC OEI/BRA/10/002 – SESU à “Atualização da sistemática de gestão da Educação Superior, abrangendo métodos, técnicas, indicadores e processos: refere-se a uma nova concepção quanto à gestão da Educação Superior, no âmbito do MEC/SESu e das Instituições Federais de Ensino Superior” (OEI/SESU 2010), com a leitura feita dos dados coletados referente ao segundo objetivo no plano de trabalho que é “Atualizar e conceber metodologias, procedimentos e processos de trabalho ajustáveis às novas concepções de gestão da educação superior, pesquisa e extensão universitária e financiamento estudantil” (OEI/SESU/10/002 de 2010), estará representado nas tabelas a seguir:

Quadro 4: Níveis de Realização Objetivo 2 - resultado 2.1

Atividades Programadas no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
2.1. Processos de trabalho e práticas administrativas atualizadas para aplicação no planejamento e avaliação dos sistemas de supervisão, regulação, orçamento e de financiamento estudantil nas instituições de educação superior.	2.1.1. Realizar diagnóstico sobre capacidades institucionais da Secretaria de Educação Superior do MEC – SESU/MEC em suas ações de planejar e avaliar sistemas operacionais, orçamentários e de financiamento estudantil.		X		
	2.1.2. Analisar os resultados do diagnóstico institucional, relacionando e descrevendo as discrepâncias – gaps – de capacidades humanas, organizacionais e operacionais existentes na SESU/MEC		X		
	2.1.3. Avaliar os processos de trabalho e as práticas administrativas com maiores restrições quanto à sua compatibilidade às novas concepções de gestão da educação superior.		X		
	2.1.4. Elaborar um plano estratégico para a área de processos administrativos, orçamentário e de financiamento estudantil da SESU/MEC.		X		
	2.1.5. Elaborar sistemática de avaliação de desempenho institucional para aplicação na SESU/MEC.			X	
	Total	0	4	1	0

Fonte: sigoei, 2014

Observando o quadro 4, verifica-se que todas as atividades foram concluídas, sendo que quatro atividades atingiram o nível de realização elevada e uma com o nível de realização baixo, em conformidade com o conceito de eficiência, segundo Belloni, Magalhães e Souza (2001, p. 62), que se refere ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado no sentido de combinar os insumos e os implementos necessários à consecução dos resultados visados.

5: Níveis de Realização Objetivo 2 - Resultado 2.2

Atividades Programados no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
2.2. Métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais elaborados e testados para utilização nas novas concepções relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão universitária e ao desempenho institucional da educação superior.	2.2.3. Elaborar métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais aplicáveis às novas concepções em pesquisa, extensão e desempenho institucional.				X
	2.2.4. Testar os métodos, instrumentos e procedimentos acadêmicos e gerenciais elaborados visando sua validação				X
	2.2.5. Definir os procedimentos, coletar, tratar e sistematizar dados e informações elencadas nos diálogos interacadêmicos para estudos, discussões e proposições sobre metodologias gerenciais compatíveis às atuais concepções relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras (*).				X
	Total	0	0	0	3

Fonte: sigoei, 2014

Pela observação do quadro 5, verifica-se que as atividades da resultado 2.2 não foram realizadas, ao utilizar o processo de avaliação e monitoramento do projeto que os gestores podem analisar o que aconteceu para a não conclusão de determinada etapa.

Quadro 6: Níveis de Realização Objetivo 2 - Resultado 2.3

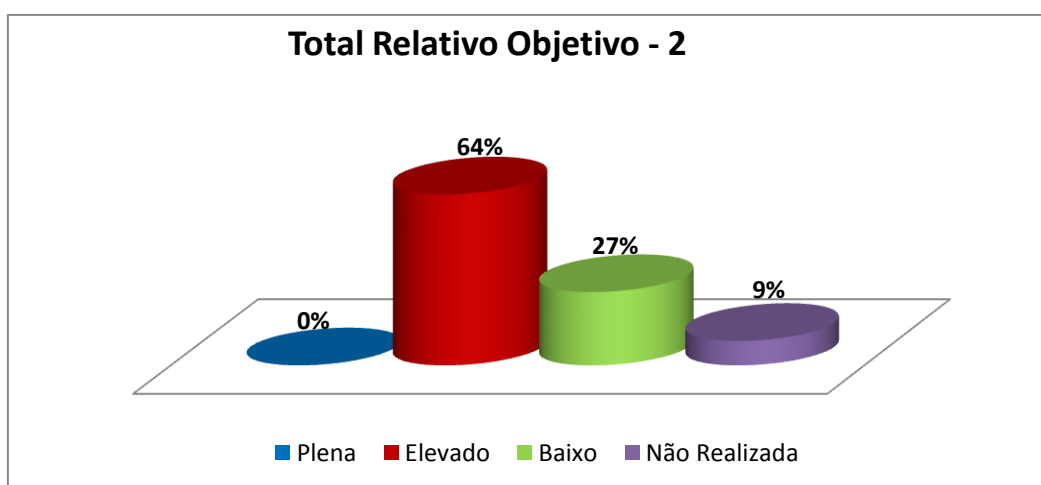
Atividades Programados no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
2.3. Processos e práticas atualizados em gestão e planejamento do ensino, da formação profissional, da assistência e da geração de conhecimentos na rede de hospitais universitários federais.	2.3.1. Desenvolver estudos e diagnósticos sobre metodologias, processos e técnicas sobre bases organizacionais e informacionais na rede de hospitais universitários federais.		X		
	2.3.2. Atualizar e definir metodologias, procedimentos, processos de trabalho e soluções tecnológicas ajustáveis às novas concepções organizacionais e informacionais da rede de hospitais universitários federais.		X		
	2.3.3. Estabelecer critérios, selecionar e realizar aplicação piloto os procedimentos, processos de trabalho e soluções tecnológicas concebidos.		X		
	Total	0	3	0	0

Fonte: sigoei, 2014

O quadro 6, apresenta a conclusão de todas as atividades, com o nível de execução elevado, atingindo a eficiência desejada.

Observando o quadro 7, percebemos que o Objetivo 2 foi concluído com atingindo a eficiência desejada, com nível de execução de 64% elevado, 27% baixo e 9% não realizado.

Quadro 7: Total Relativo Objetivo 2



Fonte: A autora, 2014

Como terceiro objetivo do Projeto de Cooperação Técnica, “Conceber sistemáticas organizacionais e operativas destinadas à integração de programas, intercâmbio de experiências e seleção de melhores práticas em gestão e planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil” (OEI/SESU 2010), foram analisados a meta e suas atividades para a verificação da eficiência do PRODOC, conforme leitura dos dados coletados.

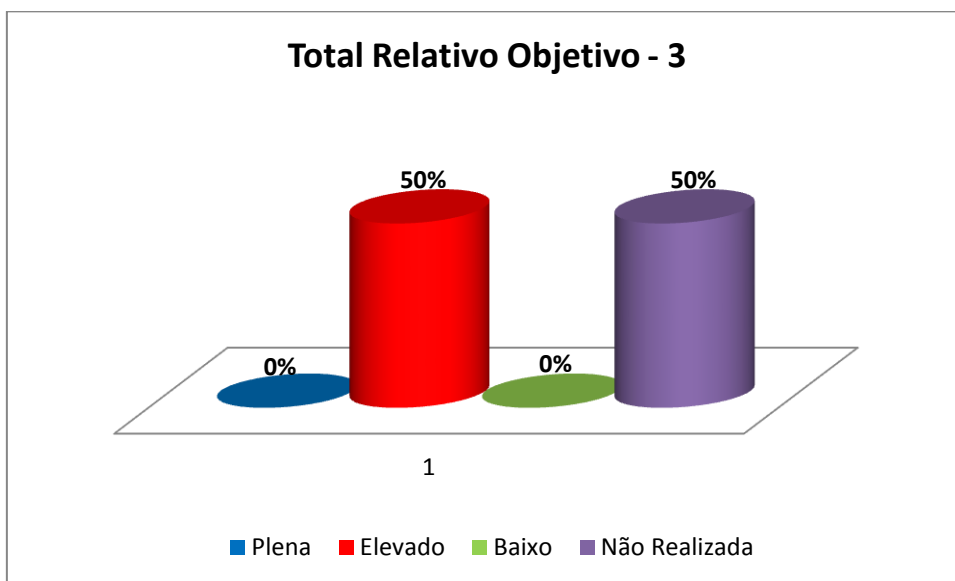
Quadro 8: Níveis de Realização Objetivo 3 - Resultado 3.1

Resultados/Atividades Programados no Plano de Trabalho		Níveis de Execução			
	Atividades	Plena	Elevado	Baixo	Não Realizada
3.1. Melhores programas e práticas de sucesso selecionadas e divulgadas como referenciais à gestão e ao planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil.	3.3.1. Estabelecer critérios para a identificação e seleção das experiências de sucesso em gestão e planejamento da educação superior e das universidades federais no Brasil e no exterior.		X		
	3.3.2. Elaborar conteúdo para edição e publicação em meio impresso e digital, as experiências de sucesso em educação superior				X
	3.3.3. Programar e realizar encontros para apresentação e discussão das experiências de sucesso em educação superior (*).				X
	3.3.4. Definir os procedimentos para a coleta, tratamento e armazenamento de dados e informações sobre as experiências de sucesso		X		
	Total	0	2	0	2

Fonte: sigoei, 2014

Conforme análise do quadro 8, é possível constatar que as atividades 3.3.1 e 3.3.4 foram concluídas com nível de execução elevado e as atividades 3.3.2 e 3.3.3 não foram realizadas, tendo um aproveitamento de 50% conforme quadro 9, atingindo com eficiência o objetivo.

Quadro 9: Total relativo Objetivo – 3



Fonte: A autora, 2014

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação da educação superior no Brasil, em 2009, apresentava algumas barreiras para o avanço do desenvolvimento dessa etapa da educação, que conforme o Projeto de Cooperação Técnica Internacional da OEI ao MEC/SESU eram: a inexistência de ações direcionadas ao desenvolvimento regional; estruturas de gestão, processos e sistemas de informação defasados; inexistência de sistematização de elementos para elaboração do novo PNE; falta de sistemática integradora das ações acadêmico-científicas com outros países. O Projeto se propôs a impactar de forma positiva essa situação de partida.

Todos os objetivos propostos para alterar essa situação de partida foram atingidos, de forma parcial ou plena, e algumas considerações a respeito merecem destaque. Na execução do primeiro plano de trabalho - instrumento que define as atividades a serem implementadas em determinado espaço de tempo - a interveniência do projeto no contexto pode ser considerada regular uma vez que, mediante a leitura dos documentos técnicos preparados pelos consultores, foi possível perceber que incorreram em erro comum no planejamento das ações educacionais: o da generalização, desconsiderando a pluralidade existente no Brasil e não permitindo a participação dos atores diretamente interessados, criando uma proposta homogênea e pouco adequada à diversidade do país. Outro ponto importante verificado nesta análise do primeiro objetivo é o número de atividades não realizadas ou com um baixo índice de realização, para o que seria necessária uma análise profunda no relatório final do projeto, já que as informações disponíveis são apenas parciais.

O segundo objetivo proposto foi finalizado com eficiência e elevado índice de realização das atividades propostas para a execução do projeto. A mesma eficiência foi atingida com a realização do terceiro objetivo proposto que também teve um nível de execução elevado das atividades propostas.

Com essa leitura do nível de execução e dos resultados do projeto tudo indica que a cooperação técnica entre a OEI e a SESU/MEC ajudou a qualificar os processos de avaliação, regulação e supervisão da educação superior brasileira.

A contribuição da cooperação técnica internacional mostrou-se, nesse caso, muito benéfica para o Brasil, pois possibilitou a revisão de procedimentos, programas e ações para um maior desenvolvimento da educação superior brasileira. O Brasil tem crescido muito com a cooperação internacional e hoje realmente é efetuado um trabalho de parceria, totalmente diferente do que acontecia nas décadas de 70 e 80 onde as agências internacionais se apresentavam impondo seus projetos de interesse, nem sempre coincidentes com as necessidades do país.

A análise do projeto OEI-MEC/SESU mostrou o amadurecimento intelectual do Brasil, que pode ser constatado com o fato de que para a execução do projeto a maioria dos consultores contratados pela OEI foi de brasileiros. A cooperação internacional se deu por meio do intercâmbio técnico entre os consultores brasileiros e os especialistas do próprio organismo internacional.

É possível perceber que o Brasil busca, através das boas práticas internacionais na área de gestão, agregar conhecimentos e experiências oferecidos por outros países sem desprezar o nosso produto intelectual interno.

Finalizo essa análise afirmando que o projeto entre a OEI e o MEC/SESU aportou ferramentas de gestão úteis e adequadas para o Ministério, as Universidades, Faculdades e Institutos Federais. Entretanto é necessário uma análise mais profunda para se verificar como o consumidor final – o estudante - se beneficia deste processo, que pode ser objeto de outro projeto de pesquisa.

7 BIBLIOGRAFIA:

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1893].

MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In : _____. Sociologia e Antropologia.v. II. São Paulo : Edusp.

MULLER, Paulo Ricardo . **Ações de solidariedade e responsabilidade no campo da cooperação internacional para a proteção de refugiados** rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, ano xxi, n. 40, p. 229-244, jan./jun. 2013

CORRÊA, Márcio Lopes . **Prática Comentada de Cooperação Internacional – Entre a hegemonia e a busca de autonomia** -Brasília, 2010

LEONARDI, Ramon Santori. **Estado e Sociedade Civil na cooperação internacional** – Perspectiva dos países doadores, receptores e do Brasil. São Carlos – 2010

SELENE, Herculano **A sociologia de Émile Durkheim: moderação e Solidariedade para vencer a anomia moderna e alcançar a Felicidade**. Capítulo do livro Em busca da boa sociedade. Niterói: EDUFF, 2006.

RAUD-MATTEDI, Cécile- **A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica**: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 Nº. 57 EDUFF, 2006.

VAITSMAN, Jeni, **Curso de Formação de Multiplicadores. ENAP. Subprojeto 1: Formação de Multiplicadores e de Gerentes. Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação- Monitoramento e avaliação de programas sociais – principais desafios** - www.mds.gov.br/backup/servicos/pss-2008/2_jeni_vaitsman.pdf

CAVALCANTI, M. M. A. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – Uma abordagem conceitual**. [www.interface.sdesaberes.fafica.com/seer/. 20hs/16/10/2006](http://www.interface.sdesaberes.fafica.com/seer/.20hs/16/10/2006).

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação Superior e Cooperação Internacional: o caso da UREM (1948-1969)** rev. InterMeio, MT, v 13, n. 25, Educação e Políticas Sociais, p.50-63 – 2007

CUNHA, Carla Giane Soares da. - **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil** -1 Trabalho foi elaborado durante o curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”,

ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75)

OLIVEN, Arabela Campos. **História da educação Superior no Brasil – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC/UNESCO/CARACAS – Porto Alegre - 2002**

[LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, Adilson e CERQUEIRA, Eustaquio. **Ensino Superior: trajetória Histórica e políticas recentes** - IX Colóquio Internacional Sobre gestão Universitária na América do Sul – Florianópolis. 2009

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social E Enquete Operária** - 1986. 270 páginas ISBN: 1ª Edição 1980, 5ª Edição 1986 Editora Polis

COHEN, E. e FRANCO, R. (1993), **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

GARCIA, Tânia Maria Figueiredo. **Origens e questões da etnografia educacional no Brasil: um balanço de teses e dissertações**. Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.